

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: IMPACTOS NA SAÚDE PSÍQUICA DO SUJEITO QUE PRODUZ CIÊNCIA

Data de submissão: 09/02/2024

Data de aceite: 01/04/2024

Marilucia Ricieri

Universidade Estadual de Londrina, PR,
Brasil
<http://lattes.cnpq.br/9227739490947240>

Guilherme Elias da Silva

Universidade Estadual de Maringá, PR,
Brasil
<http://lattes.cnpq.br/0277509339161494>

RESUMO: Este artigo tem como objetivo compreender como se evidencia o gerencialismo nas relações de trabalho e na trajetória de discentes como sujeitos-pesquisadores, nas Instituições de Ensino Superior (especificamente em Programas de Pós-graduação *stricto sensu*), identificando as implicações na sua saúde mental advindas deste modo gestor amplamente aplicado na educação. Buscamos entender a relação entre o sentido do trabalho e a subjetividade do discente de PPG *stricto sensu* referente à realização das atividades que lhe são incumbidas. Por fim, procuramos averiguar se as experiências laborais dos sujeitos pesquisados suscitam vivências subjetivas que acometem implicações à saúde mental, e quais são as estratégias

elaboradas para o enfrentamento dessas (possíveis) vivências. Escolhemos a abordagem qualitativa e de campo, sendo realizadas entrevistas semiestruturadas com mestrandos e doutorandos; e, coleta de dados documentais nos sites do CNPq, CAPES, MEC, Universidades, entre outros, relacionados à educação e PPG *stricto sensu*. Estruturamos as averiguações com base nas premissas do gerencialismo e nas fundamentações teórico-metodológicas da Psicossociologia do Trabalho e da Psicodinâmica do Trabalho. A partir dos resultados e das análises, encontramos uma provável relação entre sofrimento e adoecimento psíquico dos mestrandos e doutorandos entrevistados e os enfrentamentos das fustigadas gerencialistas, presentes nas diretrizes que estruturam e mantêm os PPGs *stricto sensu*.

PALAVRAS-CHAVE: Gerencialismo; Produtivismo; Pós-graduação, Discentes; Saúde Mental.

ABSTRACT: This article aimed to understand how managerialism is evidenced in work relationships and in the trajectory of students as subjects-

researchers in Higher Education Institutions (specifically in stricto sensu Postgraduate Programs), identifying the implications for their mental health that arise from this management method widely applied in education. We seek to understand the relationship between the meaning of work and the subjectivity of the subject-researcher in the role of stricto sensu postgraduate student, referring to the performance of the activities that are incumbent upon them. Finally, we seek to find out if the work experiences of the subjects surveyed evoke subjective experiences that cause mental health implications, and what are the strategies developed to face these (possible) experiences. We chose the premises described in the qualitative and field approach, carrying out semi-structured interviews with master's and doctoral students and collecting documentary data on the websites of CNPq, CAPES, MEC, Universities, among others, related to education and stricto sensu post-graduation. We structured the investigations based on the premises of managerialism and on the theoretical-methodological foundations of Psychosociology of Work and Psychodynamics of Work. Based on the results and on the analyses, we found a probable relationship between the interviewed masters and doctoral students' suffering and psychic illness and the confrontations of the managerial harassers, present in the guidelines that structure and maintain stricto sensu postgraduate programs.

KEYWORDS: Managerialism; Productivism; Post-graduation; Students; Mental health.

INTRODUÇÃO

O trabalho é fundamental para o ser humano: na evolução da sociedade e na constituição da subjetividade. Ele ocupa um lugar importante na sociedade, somos desejosos por trabalho para darmos sentido à vida por razões que descrevem um coletivo de relações com outros sujeitos, pela necessidade de pertencimento e o sentimento de vinculação aos grupos e à sociedade como um todo, corroborando assim, com a possibilidade de interagir e agir no coletivo (Morin, 2001).

Quando se aborda o tema trabalho, submergem discussões referentes ao emprego, ao salário, à aposentadoria, às mudanças na legislação trabalhista e reforma da previdência, à precarização, à subjetividade, ao adoecimento e, até ao suicídio. O significado do trabalho, que tem sua origem etimológica do latim *tripalium*, significa instrumento de tortura, relacionando a sofrimento. Lhuillier (2013) corrobora com o entendimento sobre o trabalho, apesar de toda a evolução já sucedida sobre seu entendimento, ainda perdura através da noção de esforço: “dimensão de limitação, pressão e constrangimento: não existe trabalho sem que a atividade se apoie sobre uma mobilização de energia, uma tensão em direção a um objetivo” (p. 483).

De acordo com Antunes (2000), o trabalho, além de fazer parte da construção da identidade, por meio das vivências e do reconhecimento do seu trabalho, colabora para dar sentido à vida da pessoa. Complementando com Dejours (2004), o trabalho pode ser visto como:

aquilo que implica, do ponto de vista humano, o fato de trabalhar: gestos, saber fazer, um engajamento do corpo, a mobilização da inteligência, a capacidade de refletir, de interpretar e de reagir às situações; é o poder de sentir, de pensar e de inventar (p. 29).

Em uma relação de trabalho podemos ter boas emoções, expressão de sentimentos, opressão, valorização ou desqualificação, coleguismo ou competição, enfim, paradoxos no trabalho que permeiam o cotidiano do sujeito inserido nesse contexto. Partindo do pressuposto que, toda e qualquer construção do sujeito é relacional, intersubjetiva, afetando de alguma forma o outro, as diretrizes e ações impelidas no mundo do trabalho, vão impactar o trabalhador e sua subjetividade, proporcionando satisfação/prazer ou acarretando sofrimento/adoecimento. Mas o trabalho na sua constituição, relações e diretrizes, não foi sempre o mesmo em qualquer época ou lugar, ele não é estagnado, a regulação imbricada no trabalho se altera em função dos cenários político, social, gestor e das condições oferecidas para o momento em que se vive, e como consequência das transformações ao longo da história.

O trabalho, sob um olhar clínico, não se limita à relação de salário e emprego. Vai além dessa instância, porque o trabalhar, em sua essência, é fundamentalmente invisível. A priori, mostra-se como uma atividade que possibilita ao sujeito revelar a si próprio, constituir sua identidade e permitir a dinâmica da realização do eu – um modo de engajamento da subjetividade para responder a uma tarefa delimitada por pressões, sejam elas materiais ou sociais (Ricieri, 2023).

Deparamo-nos, na sociedade atual, com uma configuração diferenciada para as relações laborais: o produtivismo, a flexibilização e a precarização na configuração dos modos de pensar e realizar as atividades incumbidas ao trabalhador nas diversas áreas de atuação. A nova economia capitalista, referendada pelo modelo neoliberal, preconiza a busca incessante por desempenho com qualidade e excelência, atrelados ao imperativo da adaptabilidade às mudanças constantes de lugar, de espaço, de interlocutores no sistema produtivo e nos resultados exigidos, em “um cenário marcado pelo rompante e avassalador processo de precarização das condições e relações de trabalho” (Duarte, 2017, p. 260).

Seguindo nosso aporte teórico-metodológico e relacionando o trabalho com a subjetividade, a Psicodinâmica do Trabalho apresenta na centralidade de sua teoria o trabalho, enfatizando o papel que este desempenha na construção da subjetividade e na evolução da sociedade.

A Psicodinâmica do Trabalho faz uma distinção entre quatro fundamentais maneiras pelas quais o trabalho pode ser dito como central para a formação da subjetividade: 1. a centralidade do trabalho em relação à saúde do sujeito; 2. na estrutura das relações entre homens e mulheres; 3. em relação à comunidade; e 4. em relação à teoria do conhecimento (Dejours; Deranty, 2010). O trabalho pode fornecer prazer e tornar-se parte da economia psíquica como um mediador insubstituível na construção de um senso de

saúde e autorrealização. A influência estruturante do trabalho sobre a saúde mental de um indivíduo é caracterizada por dois processos principais: “um que se desenrola em um nível estritamente individual, solipsista; e o outro acontece em um nível social” (p. 170).

Considerando a temática, o presente artigo objetiva identificar como diretrizes gerencialistas consolidadas nas Instituições de Ensino Superior, nos órgãos de fomento e expansão de pesquisa no país – tais como CAPES, CNPq, MEC, Fundações de Amparo à Pesquisa - impactam subjetivamente e na saúde mental de discentes de PPGs *stricto sensu* (mestrando e doutorando). Buscamos promover reflexões acerca da precarização do trabalho em decorrência do cenário político e econômico das últimas décadas, regulados por diretrizes gerencialistas que preconizam a eficácia e a quantofrenia por resultados exacerbados de produtividade, inclusive na educação e nas produções científicas, impactando na saúde psíquica, no prazer/satisfação, sofrimento/adoecimento do pesquisador, que também é um trabalhador.

METODOLOGIA

Para concretizar nosso propósito, estruturamos nossas investigações com base nas premissas do gerencialismo, na constituição da subjetividade, no sentido do trabalho, no sofrimento do trabalho, bem como das estratégias de enfrentamento empregadas pelos pesquisadores; temas que serão conceituados no primeiro capítulo da tese. A fundamentação teórica adotada foi a Psicodinâmica do Trabalho (PdT) e a Psicossociologia do Trabalho, que se interessa pelo indivíduo na interação com as circunstâncias, os processos inconscientes e com os processos sociais para a análise das relações de trabalho que se desenvolvem nos diversos cenários (Silva, 2010). Quanto aos métodos, seguimos as premissas de Minayo (2003) na estruturação das entrevistas, e Bardin (1977), com a técnica da análise do conteúdo.

Sendo a pesquisa caracterizada como qualitativa, definimos a entrevista na modalidade semiestruturada como instrumento para coletar as informações, o que nos possibilitou mais liberdade para realizar as perguntas ou para fazer as intervenções, permitindo abertura nas discussões referentes a este contexto. Complementamos nossa coleta de dados da pesquisa com levantamento de documentos dos sites oficiais vinculados à CAPES, ao CNPq, MEC e Universidades com intuito de conhecer melhor as diretrizes do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), através de normas e informativos publicados.

No que tange à análise dos dados, esta ocorreu a partir do processo de análise dos núcleos de sentido (ANS), que consiste em uma técnica adaptada por Mendes (2007) da análise de conteúdo descrita por Bardin (1977). A técnica aborda o desmembramento do texto em unidades, ou seja, em núcleos de sentido que são formados a partir da investigação dos temas psicológicos que se destacam no discurso. Os núcleos de sentido agrupados na pesquisa foram: 1. Ingresso no PPG *stricto sensu* e carreira docente; 2. Gerencialismo na educação e saúde mental; 3. O pesquisar e o(a) pesquisador(a): subjetividade e saúde mental; 4. Estratégias de mediação do sofrimento.

DESENVOLVIMENTO

No Brasil, a reforma educacional foi implementada pelo governo na década de 1990, orientada sobretudo, à modernização e profissionalização do sistema educativo, com forte repercussão no gerenciamento da educação, a nível nacional. “A introdução de novos marcos regulatórios combinando mecanismos de descentralização com mecanismos de controle centralizado, inaugura um novo ‘modelo’ de gestão, baseado, sobretudo, na utilização eficaz dos recursos” (Shiroma; Campos, 2006, p.1).

As mudanças no âmbito da educação também estão imbricadas com a reorganização dos demais processos produtivos e das emergentes inovações tecnológicas, advindas da conjuntura capitalista e do neoliberalismo, que trouxe à tona o acirramento da competição, do individualismo contrapondo o coletivo de trabalho, exigências de alta performance e autossuficiência, fragilizando o sujeito, isolando, alienando e adoecendo. “Em uma economia de mercado [...] a pressão para submeter o sistema educativo às normas gerencialistas é permanente” (Gaulejac, 2007, p. 271). De acordo com o autor supracitado, a racionalidade que circunda a ciência e os pesquisadores, tem um limiar tênue de “um risco de quantofrenia aguda (a doença da medida) que espreita todos aqueles que, em vez de medir para melhor compreender, querem compreender apenas aquilo que é mensurável” (p.72).

Seguindo essa linha de discussão, Patrus et al., (2015), destacam que o chamado “produtivismo acadêmico”, também conhecido como performatividade acadêmica, é uma ênfase exagerada na produção em grande quantidade de algo que possui pouca substância. Tomadas não como produtos advindos do conhecimento (em sentido stricto), mas como produções mercantilizadas e quantificadas como mercadoria rentável em prol de resultados eficazes, as produções científicas acontecem em um cenário precário de atuação dos pesquisadores, de forma solitária, com exigências de produtividade, escassez de prazo, ritmo acelerado, o que vem acarretando o adoecimento mental de pesquisadores.

No contexto atual da produção científica, o ‘pesquisador de sucesso’ precisa seguir os ditames do produtivismo, dando ênfase maior ao critério de uma ciência reprodutivista, que vai lesando esse processo de trabalho, pois produzir ciência demanda tempo, reflexões, conjeturas e elaborações que requerem estratégias no âmbito psíquico, cognitivo e social (Ricieri; Silva, 2019).

Toda obstinação na busca por resultados cada vez mais crescentes e impetuosos, traz uma enxurrada de determinismos à produção científica; é a ciência da eficácia e eficiência, transponível muito mais ao rentável em detrimento do qualitativo, pois as mensurações e compensações, em tal âmbito, privilegiam, muitas vezes, critérios quantitativos e a mercantilização da produção científica, acometendo um esvaziamento no sentido do trabalho, o isolamento e muitas vezes, o silenciamento do pesquisador. E no âmago dessa incessante rotina, depara-se com o imperativo de compelir a si mesmo que seja excelente, para atingir a alta performance em tudo que realiza (Ricieri; Silva, 2019).

Quando se ataca o desejo do trabalhador, provoca-se não somente perturbações, mas também sofrimentos e, eventualmente, doenças mentais e físicas (Dejours, 1986). Complementando com Braz (2019), quando o coletivo de trabalho fica enfraquecido em detrimento da competitividade e da solidão, acarreta o desmonte de elementos importantes de proteção: a solidariedade e a cooperação, que ficam esvaziadas nas demandas cada vez mais mercantilizadas.

Acerca da imposição de parâmetros de produtividade e a enorme diversidade de atividades determinadas para o pesquisador, discente e docente, pratica-se uma lista ampla de exigências de investimento intelectual, como: preparação de aulas, pesquisa, relatórios científicos, artigos, livros, entre outros; seguidas das exigências de cunho burocrático: reuniões, leituras de e-mails e respectivas resposta a eles, entre outras atividades (Borsoi, 2012). Com isso, o denominado produtivismo acadêmico caminha, geralmente, supervalorizando a produtividade e apregoando certo “descaso” com a qualidade dos produtos gerados pelas pesquisas e com a formação dos futuros pesquisadores.

O produtivismo acadêmico, conforme apontado por Sguissardi; Silva Júnior (2009), assemelha-se a um processo de pesquisa de produção em massa, e os trabalhadores envolvidos – no caso, docentes, discentes e pesquisadores – passam a ser avaliados e medidos por números. Nesse sentido, o tempo para reflexão não é priorizado e o desenvolvimento intelectual passa a significar apenas números em rankings e tabelas que pontuam e classificam as instituições de ensino.

Os parâmetros de produtividade causam impactos sobre os docentes vinculados aos Programas de Pós-Graduação, pois estes têm a missão de manter uma elevada produção científica sobre a austera pena de serem desvinculados dos mesmos. Seguindo essa linha de pensamento, Costa; Goulart (2018) alertam para o chamado “capitalismo acadêmico” como uma forma de conceber a educação como percurso que consiga dar conta, de maneira criativa, da exacerbada produtividade regida pelos direcionamentos do capitalismo. Por isso, entende-se que o produtivismo acadêmico é uma realidade no contexto educacional. Há uma incessante exigência por produção intelectual, bibliográfica, desenvolvida em um espaço de tempo, muitas vezes, curto, que cresce de acordo com a qualificação acadêmica do pesquisador.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para elucidar os resultados e discussão, vamos apresentar conteúdos e fragmentos das entrevistas conforme os núcleos de sentido 2. Gerencialismo na educação e saúde mental; e 3. O pesquisar e o(a) pesquisador(a): subjetividade e saúde mental, conforme definidos na metodologia da pesquisa.

No núcleo de sentido 2, abordamos aspectos centrais das diretrizes gerencialistas que norteiam a educação de modo geral, como as Instituições de Ensino Superior,

Universidades e PPGs *stricto sensu*. Para produzir conhecimento e ciência, há a necessidade de tempo de pesquisa, de estudo e de reflexão. Pelos relatos dos entrevistados, o modo de produção científica está sendo atrelado ao requisito “quantitativo”, àquilo denominado como produtivismo acadêmico.

Alguns relatam sofrimento que desencadeou adoecimento psíquico, em decorrência de enfrentamentos com prazos, orientações, produtivismo, isolamento e solidão, além das dificuldades em conciliar estudo com trabalho, e dar conta de atender às necessidades financeiras, muitas vezes, de sobrevivência. Apresentamos trechos de entrevistas realizadas: E1 relata um resultado de sobrecarga cognitiva: *Meu mestrado causou tanto sofrimento que criou trauma[...]eu não consigo nem mexer na minha dissertação, eu não consegui nem dar continuidade[...] foi bem traumatizante, tanto que no doutorado fiz outra pesquisa.* Já E2 denota uma sobrecarga relacionada a conciliar o trabalho e o mestrado: *Meu mestrado foi bem árduo, porque eu tinha bastante aulas, é bem mais intenso de créditos do que o doutorado[...]foi bem árduo, porque eu trabalhava a noite e fazia as aulas de manhã e à tarde[...]terminei em 2015, como foi muito pesado para mim eu decidi esperar um pouco, demorei para pensar no doutorado.* Outros entrevistados como E3 e E4, relatam um quadro de sofrimento e adoecimento durante a realização do mestrado: *[...]mas também foi o momento que eu adoeci, não vou dizer que estou adoecida, mas eu adoeci, não posso negar que isso aconteceu.* E4. *[...] às vezes eu ficava em casa, levantava, ia.. sentava na mesa, voltava, ia pro quarto, não produzia nada! isso foi um sofrimento.*

Na fala de E5, identificamos a sobrecarga de trabalho impactando a vida profissional e psicossocial: *[...] não só da produção científica, da própria produção enquanto profissional ... porque nesse meio tempo você precisa escrever artigo, preciso trabalhar as coisas do meu doutorado, preciso preparar aula, preciso ganhar dinheiro!*

Esse cenário tem contribuído para uma quantidade exacerbada de sofrimento e adoecimento entre docentes, discentes e pesquisadores. Muitas pesquisas vêm sendo realizadas, o que desperta a atenção para um tema emergente que denuncia as condições de trabalho e as regulações alicerçadas no gerencialismo regendo a área da educação e da pesquisa. Seguindo as menções de Braz (2019), o indivíduo hipermoderno parece introjetar as leis do mercado seguindo a lógica do imediatismo e vislumbrando produzir cada vez mais, com cada vez menos pessoas e sempre com menos tempo. “Como é exigido do trabalhador intensa mobilização psíquica e flexibilidade constante, cedo ou tarde ele se sente esgotado” (p. 52).

Como essas situações afetam a subjetividade do pesquisador? Sabemos o quanto a identificação e o reconhecimento são fatores cruciais para a subjetivação e o fato de “dar sentido ao trabalho”. Conforme delineado por Dejours (2004), o trabalho não se reduz a uma atividade de produção no mundo objetivo, ele sempre coloca à prova a subjetividade, “trabalhar constitui, para a subjetividade, uma provação que a transforma. Trabalhar não é somente produzir; é, também, transformar a si mesmo e, no melhor dos casos, é uma ocasião oferecida à subjetividade para se testar, até mesmo para se realizar” (p. 30).

Esse sentido ao trabalho é uma condição essencial que proporcionará a saúde mental. Percebemos essa vivência em E4, ao verbalizar que: *publicar em uma revista A1, o orientador ajudou muito, submeteu... uau!! Eu fui ler o artigo que ele mandou para A1, eu odiei.... porque ele teve que formatar para caber no formato das exigências da revista... teve que atualizar tudo... desde o título até as referências, não era o meu trabalho, não gostei!* E7, em sua fala, afirma: *“eu tenho três artigos publicados em A1, mas foram anos, anos para publicação”*.

Algumas indagações advindas dos discentes referentes aos padrões, às exigências e regras que regulamentam as publicações nas revistas, principalmente classificadas como Qualis A1 e A2, reverberam na subjetividade do pesquisador, tais como: a falta de identificação entre o artigo produzido com o publicado em decorrência das diversas adequações aos parâmetros estabelecidos pelas revistas, o tempo de espera desde o envio do artigo até a publicação, dentre outros.

Infelizmente, no Brasil, o trabalho acadêmico não é reconhecido como trabalho por grande parte da sociedade que indaga: “você não trabalha? só estuda?” ou “só dá aula?”. São comentários vindos de familiares, grupos sociais, de amigos, pessoas que não estão envolvidas no universo que compõe o mundo da pesquisa. Segundo Dejours et al. (1994), “um trabalho intelectual pode se revelar mais patogênico que um trabalho manual” (p. 31).

Conjeturando sobre o cenário apresentado, percebemos que o mestrando ou doutorando precisa dedicar um tempo de sua vida para estudar e trabalhar em sua pesquisa. Enquanto está matriculado como aluno-regular de pós-graduação stricto sensu, têm muitas atribuições, como já mencionamos; vivemos em uma sociedade capitalista, precisamos de recursos financeiros para sustento próprio, para subsidiar os estudos, a participação em eventos, congressos, entre outros. Há possibilidades de sustento financeiro que foram apresentadas pelos nossos entrevistados: trabalhar com vínculo empregatício (ou não, alguns discentes trabalhavam como informais) ou receber a bolsa de estudos ou ser sustentado por familiares ou cônjuges.

Isso nos faz pensar na elitização da pós-graduação nas Universidades públicas, o acesso é restrito, se manter financeiramente para conseguir estudar/pesquisar não é fácil e tudo isso é acompanhado, sem dúvida, de um desgaste emocional exacerbado entre os discentes. Identificamos essa vivência na fala de E7: *“queria me dedicar... acabei conseguindo a bolsa, mas foi só um ano... aí depois eu fiquei sem fazer nada... então a questão econômica foi bem complicada ... tanto que na época do mestrado trabalhei de garçom... e doutorado a mesma coisa”*.

Compartilho dessa dificuldade apresentada pelo(a) entrevistado(a) sobre conciliar a vida acadêmica enquanto mestrando ou doutorando e o trabalho, tanto pelas condições financeiras quanto pela disponibilidade de tempo. Foram vários momentos durante o doutorado que a prioridade tinha que ser o trabalho em decorrência de compromissos financeiros, pelo sustento familiar e para manter os custos de permanência no programa

como deslocamento, hospedagem, participação em congressos, entre outras. Todavia, o que consideramos como um fator mais dificultador é quando não há liberação efetiva, por parte da empresa ou Instituição de Ensino Superior, do docente para cumprir com as atividades pertinentes ao programa, ou demanda-se uma sobrecarga de trabalho extenuante que impossibilita a conciliação da vida acadêmica, de realizar a pesquisa em sintonia com as tarefas pertinentes ao trabalho.

Esse fato é também relatado por E2 e E8, respectivamente, a questão do trabalho e a necessidade financeira são apontados. E2: *“eu precisei fazer uma escolha e priorizar o trabalho para que eu pudesse construir a casa, então, eu não teria tempo para me dedicar ao mestrado como os orientadores pedem ... Eu acabei me afastando por uns dois anos”*. Já o(a) discente E8 comenta: *“eu estava em início de carreira e queria abraçar as oportunidades. Junto com essa carga acadêmica eu tinha que ser liberada para fazer as disciplinas, eu não tinha folga e ao mesmo tempo tive uma orientadora que era muito exigente”*.

Nesse contexto, para que o(a) doutorando(a) ou mestrando(a) consiga cumprir com suas obrigações de trabalho do qual tem vínculo, com as etapas de uma pesquisa e a elaboração da dissertação ou tese, dos artigos, dos livros, enfim, conciliar vida acadêmica com vida laboral requer, em muitos momentos, o seu isolamento, o afastamento do convívio familiar e social. Acompanha o cotidiano do(a) discente a solidão, porque a pesquisa requer leituras, reflexões, a compreensão do referencial teórico-metodológico definido, por vezes a transcrição das entrevistas realizadas, o entendimento do que foi apresentado pelos(as) entrevistados(as). Há, portanto, uma elevada exigência de investimento cognitivo, emocional e social. Identificamos essa vivência na fala de E5: *tudo pra mim que era escrito em 10 páginas tinha que virar 20... esse meu processo de dificuldade de escrever... chegava final de semana meu marido falava assim: vamos viajar? Eu não posso... às vezes, eu ficava em casa, levantava, ia sentava na mesa, voltava, ia pro quarto, não produzia nada, isso foi um sofrimento!*

Para Dejours (2004), existe uma forma de transformar o sofrimento a partir do resgate do sentido do trabalho, denominado de mobilização subjetiva. Supõe-se que há esforços de inteligência, elaboração e construção coletiva sobre a melhor maneira de gerir as contradições e de acertar as dificuldades da organização do trabalho; é um esforço para participar da construção coletiva, de modo a fortalecer a cooperação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha do tema da pesquisa respaldado pelo referencial teórico-metodológico da psicossociologia do trabalho e a psicodinâmica do trabalho nos proporcionou a interação com os discentes para conhecermos a história de vida de cada um. Estimular a fala do mestrando e doutorando e ter a possibilidade de escutá-los descrevendo sua trajetória pessoal e profissional, seu cotidiano de trabalho e atividades de pesquisa, nos conferiu a possibilidade de compreendermos as dimensões social, política e econômica do gerencialismo presente nas instituições de ensino superior e as consequências que reverberam na subjetividade do discente, no que tange à sua saúde mental e suas relações psicossociais. Vislumbramos repensar essas transformações que atravessam a relação entre discente/pesquisador, os órgãos de fomento à pesquisa e as Instituições de Ensino Superior, sejam do setor público ou privado, possibilitando melhores condições estruturais, físicas, emocionais e cognitivas para a realização de pesquisas e participação nos programas de pós-graduação *stricto sensu*, de forma a promover alternativas que propiciem condições de saúde mental, afinal de contas, pesquisar também é uma atividade laboral, é um trabalho.

Propomos um repensar alternativas e direcionamentos quanto aos princípios que estabelecem os indicadores de desempenho, de produção e qualidade, o que poderia ser mobilizador para discussões coletivas da comunidade acadêmica e desenvolvimento de ações voltadas para novas perspectivas das políticas de gestão, promovendo ações coletivas que favoreçam a saúde mental dos pesquisadores. Dentre essas ações, apresentamos algumas sugestões, tais como: encontros virtuais ou presenciais com os discentes, mediados por profissionais da área da saúde mental com o intuito de dar suporte e apoio ao compartilhar sentimentos, dificuldades, experiências, etc.; reestruturação das regras e diretrizes das revistas, periódicos e da CAPES quanto às exigências que norteiam as publicações e critérios para obtenção dos títulos de mestres e doutores; reestruturação das atividades docentes no que tange a relação orientador-orientando de PPG *stricto sensu*, dentre outras reflexões e sugestões.

REFERÊNCIAS

Antunes, R. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

Bardin, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

Borsoi, I. C. F. **Trabalho e produtivismo: saúde e modo de vida de docentes de instituições públicas de Ensino Superior**. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 15(1), 81-100, 2012. Doi: 10.11606/issn.1981-0490.v15i1p81-100

Braz, M.V. **Paradoxos do Trabalho. As faces da insegurança, da performance e da competição**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2019.

Costa, C. F. da; Goulart, S. **Capitalismo acadêmico e reformas neoliberais no ensino superior brasileiro**. Cadernos EBAPE.BR, 16(3), 396–409, 2018. Recuperado de <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/65788>

Dejours, C. **Por um novo conceito de saúde**. Palestra proferida na Federação dos Trabalhadores da Metalurgia, da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e publicada no Brasil pela Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, 14(54), 1986.

_____. **Subjetividade, trabalho e ação**. Production, 14(3), 27-34, 2004. doi.org/10.1590/S0103-65132004000300004

Dejours, C., et al. **Psicodinâmica do trabalho – contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo: Ed. Atlas S.A., 1994.

Dejours, C.; Deranty, J. P. **The centrality of work**. Critical Horizons, 11(2), 167-180, 2010.

Duarte, D. A. Saúde mental e trabalho: uma tessitura cotidiana a partir dos espaços de vivência e atuação. In Hashimoto, F. et al., (org). **Sujeito Contemporâneo, saúde e trabalho. Múltiplos olhares**. São Carlos, SP: Edufscar, 2017.

Gaulejac, V. de. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. Aparecida - SP: Ideias & Letras, 2007.

Lhuillier, D. **Introdução à psicossociologia do trabalho**. Cadernos De Psicologia Social Do Trabalho, 17(spe1), 5-19, 2014. doi:10.11606/issn.1981-0490.v17ispe1p5-19.

Minayo, M. C. S (Org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2003.

Mendes, A. M. B. **Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisa**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

Morin, E. M. **Os sentidos do trabalho**. RAE - Revista de Administração de Empresas, Jul/Set. 2001, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 8-19, 2001 Recuperado de: <http://www.fgv.br/rae/artigos/revista-rae-vol-41-num-3-ano-2001-nid-46215/>

Patrus, R. et al. **O produtivismo acadêmico e seus impactos na pós-graduação stricto sensu: uma ameaça à solidariedade entre os pares?**. Cad. EBAPE.BR, v. 13, nº 1, artigo 1, Rio de Janeiro, Jan./Mar, 2015. doi:10.1590/1679-39518866.

Ricieri, M. **O gerencialismo e os impactos na saúde mental do sujeito que produz ciência: a mercantilização da educação e da produção científica**. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Maringá, PR, 2023.

Ricieri, M.; Silva, G. E. **Produtivismo e Precarização na produção científica: impactos na saúde psíquica do pesquisador**. Anais do 20º Encontro Nacional da ABRAPSO. São Paulo: PUC, 2019. Recuperado de: <http://encontro2019.abrapso.org.br/p%C3%A1gina-inicial>

Ricieri, M.; Silva, G. E. Verso e Reverso: produtivismo na produção científica e o adoecimento dos profissionais da educação. In Silva, G.E. & Soldera, L. M. (org.) **Psicologia e trabalho: reflexões contemporâneas**. Curitiba: CRV, 2022.

Sguissardi, V.; Silva Júnior, J. R. **Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico**. Xamã. Revista Inter Ação, 36(1), 331-336, 23, 2009.

Shiroma, E. O.; Campos, R. F. La resignificación de la democracia escolar mediante el discurso gerencial: liderazgo, gestión democrática y gestión participativa. In: M. Feldfeber, & D. A. Oliveira (Orgs.). **Políticas educativas y trabajo docente: Nuevas regulaciones, Nuevos sujetos** (1 ed, pp. 221-237). Buenos Aires: Ediciones Novedades Educativas, 2006.

Silva, G. E. **As relações de trabalho nas organizações estratégicas no mundo contemporâneo: a ilusão da droga organização**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Assis, SP, 2010.